

**Banco Caterpillar S.A. –
Conglomerado Prudencial**
**Demonstrações contábeis consolidadas em 30 de
junho de 2014 e relatório dos auditores
independentes**

Relatório da Administração

Em atendimento à Resolução nº 4.280/13 e Circular nº 3.701/14, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2014, acompanhadas do relatório dos auditores independentes.

Resultado do Semestre e Patrimônio Líquido

O volume de operações de crédito e de arrendamento mercantil realizado no semestre foi de R\$ 769.940 mil, encerrando o semestre com carteira de operações de crédito a valor presente de R\$ 3.582.368 mil e carteira de arrendamento mercantil financeiro a valor presente de R\$ 14.273 mil. O volume de operações de compra de direitos creditórios realizado no semestre foi de R\$ 1.682.665 mil, encerrando o semestre com carteira de direitos creditórios a valor presente de R\$ 661.515 mil.

O lucro líquido do semestre foi de R\$ 11.863 mil e o patrimônio líquido, em 30 de junho de 2014, era de R\$ 705.776 mil.

Ouvidoria

Em atendimento às disposições da Resolução nº 3.849/10, do Conselho Monetário Nacional, o Banco Caterpillar S.A. instituiu o componente organizacional de ouvidoria, sob a responsabilidade de um Diretor Estatutário, com a atribuição de assegurar a estrita observância às normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor e de atuar como canal de comunicação com os clientes e usuários de nossos produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos. A ouvidoria pode ser acessada através do telefone 0800-7228346 ou e-mail ouvidoria@cat.com.

Agradecimentos

Agradecemos o apoio dos acionistas, a confiança depositada pelos clientes e revendedores Caterpillar e a dedicação e o empenho demonstrados por nossos funcionários na constante melhoria de nossos produtos e serviços.

A Administração

São Paulo, 29 de agosto de 2014

Balanco Patrimonial - Conglomerado Prudencial em 30 de Junho

Em milhares de reais

ATIVO	2014
CIRCULANTE	1.893.224
Disponibilidades	1.318
Títulos e Valores Mobiliários	31
Carteira Própria	23
Instrumentos Financeiros Derivativos	8
Operações de Crédito	1.749.039
Operações de Crédito - Setor Privado	1.924.580
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(175.541)
Operações de Arrendamento Mercantil	122
Operações de Arrendamento Mercantil - Setor Privado	8.714
(-) Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil - Setor Privado	(8.561)
(-) Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(31)
Outros Créditos	87.923
Diversos	88.010
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(87)
Outros Valores e Bens	54.791
Outros Valores e Bens	57.166
(-) Provisão para Desvalorizações	(2.381)
Despesas Antecipadas	6
NÃO CIRCULANTE	
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	2.388.986
Operações de Crédito	2.319.303
Operações de Crédito - Setor Privado	2.319.303
Operações de Arrendamento Mercantil	-
Operações de Arrendamento Mercantil - Setor Privado	14.130
(-) Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil - Setor Privado	(14.130)
Outros Créditos	69.683
Diversos	69.683
PERMANENTE	22.838
Investimentos	3
Outros Investimentos	3
Imobilizado de Uso	2.003
Outras Imobilizações de Uso	5.673
(-) Depreciações Acumuladas	(3.670)
Imobilizado de Arrendamento	20.832
Bens Arrendados	34.781
Superveniência de Depreciação	3.732
(-) Depreciações Acumuladas	(17.681)
TOTAL DO ATIVO	4.305.048

**Banco Caterpillar S.A.**

Rua Alexandre Dumas, 1711 - Edifício Birmann 11 - 9º andar

Setor 2 - São Paulo - SP

CNPJ: 02.658.435/0001-53

Balanco Patrimonial - Conglomerado Prudencial em 30 de Junho
Em milhares de reais

PASSIVO	2014
CIRCULANTE	1.613.088
Depósitos	537.832
Depósitos Interfinanceiros	537.832
Recursos de Aceites Cambiais, Letras Imobiliárias e Hipotecárias, Debêntures e Similares	57.559
Obrigações por Emissão de Letras Financeiras	57.559
Obrigações por Empréstimos	42.206
Empréstimos no Exterior	42.206
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	943.808
FINAME	943.808
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.582
Diferencial a Pagar	1.582
Outras Obrigações	30.101
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	76
Sociais e Estatutárias	2.290
Fiscais e Previdenciárias	19.720
Diversas	8.015
NÃO CIRCULANTE	
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	1.957.457
Obrigações por Empréstimos	118.868
Empréstimos no Exterior	118.868
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	1.830.980
FINAME	1.830.980
Outras Obrigações	7.609
Fiscais e Previdenciárias	933
Diversas	6.676
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	28.727
Resultados de Exercícios Futuros	28.727
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	705.776
Capital	489.442
De Domiciliados no País	2
De Domiciliados no Exterior	489.440
Reservas de Lucros	177.600
Lucros Acumulados	38.734
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.305.048

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado - Conglomerado Prudencial**Semestre findo em 30 de Junho**

Em milhares de reais

	2014
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	182.816
Operações de Crédito	175.983
Operações de Arrendamento Mercantil	6.726
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	36
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	71
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	148.004
Operações de Captação no Mercado	33.943
Operações de Empréstimos e Repasses	28.748
Operações de Arrendamento Mercantil	5.573
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	4.933
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	74.807
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	34.812
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(11.614)
Receitas de Prestação de Serviços	1.274
Rendas de Tarifas Bancárias	2.104
Despesas de Pessoal	(15.241)
Outras Despesas Administrativas	(11.631)
Despesas Tributárias	(5.424)
Outras Receitas Operacionais	18.260
Outras Despesas Operacionais	(956)
RESULTADO OPERACIONAL	23.198
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(2.289)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	20.909
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(9.046)
Provisão para Imposto de Renda	(10.000)
Provisão para Contribuição Social	(7.268)
Ativo Fiscal Diferido	8.222
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	11.863

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Banco Caterpillar S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais

	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Total
		Legal	Outras		
Saldos em 31 de dezembro de 2013	462.242	17.109	156.214	31.148	666.713
Aumento de Capital por Capitalização de Juros sobre Capital Próprio	27.200				27.200
Lucro Líquido do Semestre				11.863	11.863
Destinação do Lucro Líquido:					
Reserva Legal	-	376		(376)	-
Reserva Especial de Lucros	-	-	3.901	(3.901)	-
Saldos em 30 de junho de 2014	489.442	17.485	160.115	38.734	705.776

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Conglomerado Prudencial Semestre Findo em 30 de Junho

Em milhares de reais

	2014
Atividades Operacionais	
Lucro Líquido	11.863
Ajustes ao Lucro Líquido	2.551
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	4.933
IR e CS Diferidos	(8.490)
IR Diferido sobre Superveniência	268
Depreciações	5.869
Provisão para Contingências Fiscais e Cíveis	(444)
Insuficiência de Depreciação	(1.443)
Provisão para Perdas em Outros Valores e Bens	359
Resultado na Venda de Bens Arrendados	(431)
Resultado na Venda de Outros Valores e Bens	1.930
Variações em Ativos e Passivos	(22.468)
Redução em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Derivativos	1.052
Aumento em Operações de Crédito	(25.080)
Aumento em Operações de Arrendamento Mercantil	(136)
Redução em Outros Créditos	1.654
Baixas da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	11.211
Redução em Outros Valores e Bens	61
Aumento em Depósitos	29.148
Redução em Obrigações por Emissão de Letras Financeiras	(110.523)
Aumento em Obrigações por Empréstimos e Repasses	89.475
Redução em Outras Obrigações	(16.256)
Redução em Resultados de Exercícios Futuros	(3.074)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades Operacionais	(8.054)
Atividades de Investimento	
Inversão de Bens não de Uso Próprio	(39.915)
Inversão de Imobilizado de Arrendamento Mercantil	(11.564)
Inversão de Imobilizado de Uso	(454)
Alienação de Bens não de Uso Próprio	46.668
Alienação de Imobilizado de Arrendamento Mercantil	10.511
Caixa Líquido Originado nas Atividades de Investimento	5.246
Redução do Caixa e Equivalentes de Caixa	(2.808)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Semestre	4.126
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Semestre	1.318
Redução do Caixa e Equivalentes de Caixa	(2.808)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Conglomerado Prudencial é composto pelo Banco Caterpillar S.A. (Banco), Caterpillar Fomento Comercial Ltda. (Caterpillar Fomento) e Caterpillar Fundo de Investimento em Direitos Creditórios do Segmento Industrial II (FIDC).

O Banco, instituição líder, é subsidiária da Caterpillar Financial Services Corporation e realiza operações de financiamento para aquisição e arrendamento mercantil de equipamentos Caterpillar e demais produtos comercializados pela rede de revendedores Caterpillar no Brasil.

A Caterpillar Fomento é também subsidiária da Caterpillar Financial Services Corporation e tem como objeto social a realização de operações de factoring, porém, neste momento, possui apenas investimentos no FIDC.

O FIDC possui como únicos cotistas o Banco e a Caterpillar Fomento e realiza operações de compra de direitos creditórios de empresas do grupo Caterpillar.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas em atendimento à Resolução n.º 4.280/13 e Circular n.º 3.701/14. Estas demonstrações foram elaboradas com observância aos dispositivos da Lei n.º 6.404/76, com as alterações das Leis n.ºs 11.638/07 e 11.941/09, associados às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN), e apresentadas conforme nomenclatura e classificação padronizadas pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN são:

- Resolução n.º 3.566/08 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos;
- Resolução n.º 3.604/08 – Demonstração do Fluxo de Caixa;
- Resolução n.º 3.750/09 – Divulgação sobre Partes Relacionadas;
- Resolução n.º 3.823/09 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes;
- Resolução n.º 3.973/11 – Eventos Subsequentes;
- Resolução n.º 3.989/11 – Pagamento Baseado em Ações;
- Resolução n.º 4.007/11 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; e
- Resolução n.º 4.144/12 – Pronunciamento Conceitual Básico (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro.

Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização dos mesmos será de forma prospectiva ou retrospectiva. Com isso, ainda não é possível estimar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações contábeis da instituição.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

(a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e segundo as Portarias MF nºs 140/84 e 113/88, considerando:

- os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização, quando aplicável;
- os rendimentos e encargos, a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos;
- as receitas de arrendamento mercantil, calculadas e apropriadas mensalmente pelo valor das contraprestações exigíveis no período;
- o ajuste a valor presente das operações de arrendamento mercantil (Nota 7).

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem depósitos bancários disponíveis.

(c) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Os títulos e valores mobiliários estão classificados, de acordo com a Circular nº 3.068/01, do BACEN, na categoria “disponíveis para venda” e estão demonstrados pelo valor atualizado das cotas do fundo de investimento (Nota 5).

Os instrumentos financeiros derivativos efetuados (operações a termo – NDF) são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do semestre (Nota 6).

(d) Ativos circulante e realizável a longo prazo

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias incorridos (em base *pro rata* dia) deduzidos das correspondentes rendas a apropriar. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir possíveis perdas e leva em consideração a conjuntura econômica, os riscos específicos e globais da carteira e as normas e instruções do BACEN.

(e) Outros valores e bens

Compostos por bens não destinados ao uso, correspondentes, na sua maioria, a equipamentos Caterpillar disponíveis para venda, próprios, recebidos em dação de pagamento, os quais são ajustados a valor de mercado através da constituição de provisão, de acordo com as normas vigentes. As despesas antecipadas consideram as aplicações de recursos cujos benefícios ocorrerão em exercícios seguintes.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais

(f) Permanente

O imobilizado de uso é demonstrado ao custo de aquisição, combinado com a depreciação dos bens do imobilizado pelo método linear, com base nas taxas fiscais anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

O imobilizado de arrendamento, representado por máquinas e equipamentos, é demonstrado ao valor do custo de aquisição, reduzido pela depreciação acumulada. A depreciação dos bens arrendados é reconhecida pelo método linear no prazo de vida útil econômica dos bens, considerando uma redução de 30% na vida útil usual, se a operação estiver enquadrada nas condições previstas nas Portarias n^{os} 140/84 e 113/88, do Ministério da Fazenda. Conseqüentemente, a instituição, visando atender ao regime contábil de competência, constitui ajuste de insuficiência ou superveniência de depreciação, classificado em “despesas de arrendamento mercantil” ou “rendas de arrendamento mercantil”, respectivamente. Este ajuste equivale ao ajuste ao efetivo valor presente dos fluxos futuros da carteira de arrendamento mercantil, com base nas taxas implícitas de retorno de cada operação.

(g) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - *Impairment*

Outros valores e bens e créditos tributários são revistos, no mínimo, semestralmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*. Outros valores de ativos não financeiros são revistos, no mínimo anualmente. Esta perda é reconhecida no resultado do período se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa exceder seu valor recuperável.

(h) Depósitos interfinanceiros e recursos de letras financeiras

Os depósitos interfinanceiros e os recursos de letras financeiras estão registrados pelos seus respectivos valores contratuais, acrescidos dos encargos contratados, proporcionais ao período decorrido da contratação da operação.

(i) Passivos circulante e exigível a longo prazo

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias e cambiais incorridos (em base *pro rata* dia) deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

(j) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução n^o 3.823/09, do Conselho Monetário Nacional (CMN), que tornou obrigatória a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 25 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Os ativos e passivos contingentes referem-se a potenciais direitos e obrigações decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando a realização do ganho é praticamente certa.

Os passivos contingentes decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros. Essas contingências são avaliadas por assessores jurídicos e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

Obrigações legais, fiscais e previdenciárias, são representadas por exigíveis relativos a obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de discussão judicial, constituídos pelo seu valor integral e atualizados de acordo com a regulamentação vigente (Nota 12).

(k) Provisões para imposto de renda e contribuição social

A provisão para o imposto de renda é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de adicional de 10% acima de limite específico. A provisão para a contribuição social é calculada às alíquotas de 15% e 9% para o Banco e Caterpillar Fomento, respectivamente, sobre o lucro tributável antes do imposto de renda.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, sobre diferenças temporárias na base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social, são registrados pelos valores prováveis de realização e foram constituídos à alíquota de 25% para o imposto de renda e às alíquotas de 15% e 9% para a contribuição social para o Banco e Caterpillar Fomento respectivamente (Nota 16). O prejuízo fiscal acumulado não possui prazo de prescrição, podendo ser utilizado para compensação de lucros tributários futuros, nos termos da legislação vigente.

(l) Resultado de exercícios futuros

Os resultados de exercícios futuros referem-se a valores relativos a equalização de taxas sobre contratos de operações de crédito e de arrendamento mercantil, recebidos antecipadamente e apropriados em função dos prazos contratuais do contrato. Em caso de liquidação antecipada ou baixa para prejuízo do contrato, o Banco reconhece imediatamente o saldo acumulado em resultado de exercícios futuros ao resultado do período.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa referem-se a disponibilidades em moeda nacional no valor de R\$ 1.318.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Referem-se a cotas de fundos de investimento no montante de R\$ 23. Essas cotas podem ser resgatadas de acordo com o regulamento do fundo. Dessa forma, o valor atualizado das cotas, em 30 de junho de 2014, está apresentado em sua totalidade no ativo circulante.

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

As entidades que compõem o Conglomerado Prudencial participam de operações envolvendo instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais ou de compensação que se destinam a atender às necessidades próprias, visando maximizar os resultados e administrar a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros. A administração desses riscos é efetuada por meio de políticas de controle e estabelecimento de estratégias de operações e de limites, bem como de outras técnicas de acompanhamento das posições.

Em 30 de junho de 2014, as entidades possuíam operações a Termo (NDF), registradas no CETIP S.A.- Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, conforme segue:

<u>Operação</u>	<u>Valor referencial</u>	<u>Diferencial a receber</u>	<u>Valor de Mercado</u>	<u>Ajuste</u>
Compra de Termo (NDF)	219	6	8	2

<u>Operação</u>	<u>Valor referencial</u>	<u>Diferencial a pagar</u>	<u>Valor de Mercado</u>	<u>Ajuste</u>
Venda de Termo (NDF)	43.695	1.915	1.582	(333)

Os instrumentos financeiros derivativos possuem vencimento em julho de 2014.

O valor de mercado é apurado com base nas taxas médias divulgadas pela BM&F BOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

7. CARTEIRA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL

a) Composição da carteira por operação:

Descrição	2014
Operações de crédito	
Empréstimos e títulos descontados	944.488
Financiamentos	500.259
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	2.799.136
Arrendamento mercantil (Nota 8)	14.273
Outros créditos	869
Total	4.259.025

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial
em 30 de junho de 2014**

Em milhares de reais

b) Composição da carteira por tipo de atividade econômica dos clientes:

	<u>2014</u>
Setor privado	
Rural	468
Indústria	7.090
Comércio	10.444
Serviços	4.218.864
Pessoas Físicas	<u>22.159</u>
Total	<u><u>4.259.025</u></u>

c) Composição da carteira pelos correspondentes níveis de risco, conforme estabelecido na Resolução nº 2.682/99, do CMN:

<u>Nível de Risco</u>	<u>Créditos vincendos</u>	<u>Créditos vencidos</u>	<u>Total das operações</u>	<u>Provisão</u>
AA	1.394.237	-	1.394.237	-
A – atraso até 14 dias	1.253.126	-	1.253.126	6.265
B – atraso entre 15 e 30 dias	747.878	391	748.269	7.483
C – atraso entre 31 e 60 dias	609.853	3.557	613.410	18.402
D – atraso entre 61 e 90 dias	52.502	2.772	55.274	5.527
E – atraso entre 91 e 120 dias	48.634	6.802	55.436	16.631
F – atraso entre 121 e 150 dias	19.378	2.562	21.940	10.970
G – atraso entre 151 e 180 dias	19.672	3.506	23.178	16.226
H – atraso superior a 180 dias	<u>75.270</u>	<u>18.885</u>	<u>94.155</u>	<u>94.155</u>
	<u>4.220.550</u>	<u>38.475</u>	<u>4.259.025</u>	<u>175.659</u>

d) A provisão para créditos de liquidação duvidosa apresentou a seguinte movimentação durante o semestre:

	<u>2014</u>
Saldo inicial	(159.517)
Baixa para prejuízo	58.665
Constituição	<u>(74.807)</u>
Saldo final	<u><u>(175.659)</u></u>

Durante o semestre, foram recuperados créditos anteriormente baixados da provisão para crédito de liquidação duvidosa no montante de R\$ 25.844.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais

e) Créditos renegociados

O saldo dos créditos renegociados ativos na carteira em 30 de junho de 2014 era de R\$ 31.570.

8. ARRENDAMENTOS A RECEBER

Os contratos de arrendamento mercantil têm cláusulas de opção de compra e de taxas de juros prefixadas. Os arrendamentos a receber são garantidos pelos próprios bens objeto de arrendamento, e os contratos contêm cláusulas de seguro em favor do arrendador.

O valor dos contratos de arrendamento mercantil financeiro é representado pelo seu respectivo valor presente, apurado com base na taxa interna de cada contrato. Esse valor, em atendimento às normas do BACEN, é apresentado em diversas rubricas patrimoniais, as quais são resumidas a seguir:

	2014		
	Arrendamento operacional	Arrendamento financeiro	Total
Operações de arrendamentos a receber	4.577	7.434	12.011
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(4.441)	(7.417)	(11.858)
Imobilizado de arrendamento	19.763	14.782	34.545
Depreciações acumuladas	(14.344)	(3.337)	(17.681)
Superveniência de depreciação	-	3.732	3.732
Perdas em arrendamentos a amortizar	-	236	236
Credores por antecipação do valor residual	-	(1.157)	(1.157)
Valor presente	<u>5.555</u>	<u>14.273</u>	<u>19.828</u>

9. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO

	2014	
	Arrendamento operacional	Arrendamento financeiro
Máquinas e equipamentos	19.763	14.782
(-) Depreciação acumulada	(14.344)	(3.337)
Superveniência de depreciação	-	3.732
Perdas em arrendamentos a amortizar	-	236
	<u>5.419</u>	<u>15.413</u>

Os bens objeto de arrendamento financeiro estão comprometidos para venda aos arrendatários, conforme opção destes, por ocasião do término dos respectivos contratos de arrendamento, pelo montante de R\$ 11.990.

10. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS – EMPRÉSTIMOS NO EXTERIOR

Os empréstimos no exterior representam recursos captados junto à matriz no valor de R\$ 42.206, indexados à variação cambial do dólar norte-americano, com vencimento em outubro de 2014 e recursos captados junto a outras instituições financeiras no valor de R\$ 118.868, indexados à variação do CDI, com vencimento em dezembro de 2015.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais

11. OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS – INSTITUIÇÕES OFICIAIS

Representam recursos captados do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES com vencimentos até abril de 2025 e sujeitos a encargos financeiros equivalentes à variação da taxa de juros de longo prazo – TJLP, à variação da cesta de moedas do BNDES ou à variação cambial do dólar norte-americano, acrescidos de juros conforme as políticas operacionais do BNDES.

12. PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

Somente o Banco Caterpillar S.A. é parte em processos judiciais de natureza tributária e cível (Nota 3 (j)) e esses processos são relativos a:

- a) Cobrança de ISS sobre as rendas de contratos de arrendamento mercantil por municípios onde estão sediados os arrendatários: em 30 de junho de 2014, os valores possíveis de perda montavam a R\$ 196, não tendo sido constituída provisão para esses processos, por não serem considerados de perda provável. Em 30 de junho de 2014 há um depósito judicial para estes processos no valor de R\$ 288, o qual está registrado em outros créditos – diversos;
- b) Cobrança de ISS sobre os valores pagos a título de reembolso de despesas: em 30 de junho de 2014, os valores possíveis de perda montavam a R\$ 2.005, não tendo sido constituída provisão para esses processos, por não serem considerados de perda provável; e
- c) Processos judiciais de natureza cível: em 30 de junho de 2014, a instituição mantinha provisão para estes processos no valor de R\$ 501, cuja probabilidade de insucesso é provável. A referida provisão está registrada em outras obrigações – diversas.

13. RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS

Os resultados de exercícios futuros referem-se a valores relativos a equalização de taxas sobre contratos de operações de crédito e de arrendamento mercantil, recebidos antecipadamente e apropriados em função dos prazos contratuais, à rubrica outras receitas operacionais (Nota 15(a) e 18(d)).

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 488.442.231 ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal e 1.000.000 de quotas, com valor nominal de R\$1,00 cada uma.

Para os acionistas do Banco é assegurado, estatutariamente, um dividendo mínimo não inferior a 1% do lucro líquido de cada exercício, ajustado segundo a legislação societária. A reserva de lucros - legal é constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social. A reserva de lucros – outras é constituída com base no lucro líquido não distribuído após todas as destinações, permanecendo o seu saldo acumulado à

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais

disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral, inclusive com relação ao resultado do semestre findo em 30 de junho de 2014.

Os lucros líquidos obtidos pela Caterpillar Fomento anualmente terão a aplicação que lhes for determinada pelos quotistas representando a maioria do capital social.

Em Assembleia Geral Extraordinária do Banco, realizada em 31 de janeiro de 2014, foi deliberado o aumento de capital no montante de R\$ 27.200, mediante capitalização do saldo de juros sobre o capital próprio, com a emissão de 27.200.000 ações ordinárias, sem valor nominal e passando o capital social de R\$ 461.242 para R\$ 488.442. Este aumento foi homologado pelo BACEN em 21 de março de 2014.

15. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

a) No semestre findo em 30 de junho de 2014, os saldos das transações com partes relacionadas eram os seguintes:

	Caterpillar Brasil Ltda	Caterpillar Financial Services Corporation	Caterpillar Inc.	Caterpillar Serviços Ltd.	Total de transações entre partes relacionadas 2014
Ativo (Passivo)					
Outros Créditos - Diversos	-	144	-	-	144
Obrigações por Empréstimos no Exterior	-	(42.206)	-	-	(42.206)
Outras Obrigações – Diversas	(28)	-	(105)	(31)	(164)
Resultados de Exercícios Futuros (Nota 13)	(25.323)	-	-	-	(25.323)
Receitas (despesas) do semestre					
Receita de Prestação de Serviços	-	1.274	-	-	1.274
Outras Receitas Operacionais	8.890	2.668	-	-	11.558
Outras Despesas Administrativas	(167)	(1.630)	(563)	(239)	(2.599)
Outras Despesas Operacionais	-	(55)	-	-	(55)

b) Remuneração do pessoal chave da administração

A remuneração total do pessoal chave da administração no semestre foi de R\$ 2.515, a qual é considerada benefício de curto prazo. Não ocorreram pagamentos de benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, por rescisão de contrato de trabalho, ou remuneração baseada em ações durante o semestre.

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(a) A provisão para imposto de renda diferido no montante de R\$ 934, relacionada principalmente à superveniência de depreciação, foi constituída à alíquota base de 25%, de acordo com a Lei nº 9.249/95. Esta provisão foi registrada em outras obrigações – fiscais e previdenciárias, no curto prazo no montante de R\$ 1 e no longo prazo no montante de R\$ 933.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais

(b) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	<u>2014</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	20.909
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%/9%, respectivamente	(7.425)
Efeito das adições e exclusões permanentes no cálculo dos tributos	<u>(1.621)</u>
Imposto de renda e contribuição social do semestre	<u><u>(9.046)</u></u>

(c) Ativo - créditos tributários

	<u>30/06/2014</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	111.729
Prejuízo fiscal	18.357
Outras adições temporárias	3.441
Total dos créditos tributários (Nota 3(k))	<u><u>133.527</u></u>

(d) Expectativa de realização dos créditos tributários

	<u>Saldo</u>
De 01/07/2014 a 30/06/2015	67.049
De 01/07/2015 a 30/06/2016	38.906
De 01/07/2016 a 30/06/2017	12.517
De 01/07/2017 a 30/06/2018	9.209
Acima de 30/06/2018	5.846
Total	<u><u>133.527</u></u>

O valor presente dos créditos tributários, calculado com base na taxa média de captação, totalizava R\$ 110.742.

17. GERENCIAMENTO DE RISCOS E GESTÃO DE CAPITAL

Em conformidade com as disposições das Resoluções nos. 2.554/98, 3.380/06, 3.464/07, 3.721/09, 3.988/11 e 4.090/12, do Conselho Monetário Nacional, o Banco implementou estrutura de gerenciamento de risco de crédito, operacional, mercado, liquidez e gestão de capital, subordinados à Diretoria Estatutária.

(i) Risco de crédito

O risco de crédito é acompanhado através de monitoramento da situação dos principais clientes, alterações/mudanças de *ratings*, histórico de prejuízo, análises de setores e regiões críticas além da inadimplência por faixa de valor.

(ii) Risco de mercado

O risco de mercado é acompanhado através de controle de VaR (valor em risco) das posições baseada no modelo de *RiskMetrics* (modelo paramétrico) com um nível de confiança de 99% e horizonte de tempo de 10 dias. Outros controles de exposição ao risco também são utilizados como *duration* (duração das carteiras) e descasamentos de taxas e

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais

prazos. Entretanto, por se tratar de carteira *banking*, estamos migrando para a metodologia EVE - Economic Value of Equity- para o prazo de 252 dias.

(iii) Risco de liquidez

O risco de liquidez é acompanhado através da projeção do fluxo de caixa da instituição considerando as estruturas de captação disponíveis e os seus limites locais, considerando que eventual necessidade adicional será suprida por recursos da matriz.

(iv) Risco operacional

O risco operacional é monitorado através das matrizes de risco elaboradas para todos os processos chave da instituição, sendo que a exposição a potenciais perdas é acompanhada através dos registros de ocorrência de eventos de perdas; indicadores chaves de risco (KRI) e base histórica de perdas. O monitoramento dos eventos de perdas, associado à revisão periódica das matrizes de risco, resultam nos planos de ação para melhoria dos processos e controles internos.

(v) Gestão de capital

A gestão de capital visa identificar, controlar, avaliar e antecipar as necessidades de capital necessário frente aos riscos incorridos, seja em situações normais ou em condições extremas de mercado, além de atender aos requerimentos regulatórios de capital.

O processo de gestão de capital está centrado no acompanhamento mensal da adequação do patrimônio de referência e visa assegurar que a instituição mantenha uma sólida base de capital para apoiar o desenvolvimento de suas atividades.

Em complemento às análises, são traçados cenários de estresse, considerando-se os volumes de negócios projetados para os próximos três anos e as exigências de capital regulatório exigidos. O Banco, em 30 de Junho de 2014, atingiu o índice de Basileia estimado de 14,83%, calculado a partir das informações contábeis.

Maiores detalhes da estrutura de gerenciamento de riscos estão disponíveis na página da instituição na web, no endereço: www.catfinancial.com.br.

18. OUTRAS INFORMAÇÕES

- (a) Outros créditos – diversos**, no circulante, referem-se, principalmente, a impostos a compensar no montante de R\$ 14.871 e a créditos tributários diferidos no valor de R\$ 66.692;
- (b) Outros créditos – diversos**, no realizável a longo prazo, referem-se a créditos tributários diferidos no valor de R\$ 66.835 e a depósitos judiciais no montante de R\$ 2.848;
- (c) Fiscais e previdenciárias** – referem-se, principalmente, a provisão para imposto de renda e contribuição social sobre lucros no valor de R\$ 17.268, a provisão para imposto

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais

de renda diferido no valor de R\$ 934 (Nota 16) e a provisão para impostos sobre salários no valor de R\$ 1.647;

- (d) **Outras receitas operacionais**, referem-se, principalmente, a apropriação de resultados de exercícios futuros decorrentes de equalização de taxas dos contratos de operações de crédito e de arrendamento mercantil recebidos antecipadamente no montante de R\$ 10.482, mora e multas aplicadas sobre parcelas em atraso de R\$ 2.940 e receita de variação cambial sobre empréstimos no exterior no valor de R\$ 2.668;
- (e) **Outras despesas operacionais**, referem-se, principalmente, a receitas com variação cambial sobre empréstimos no exterior no montante de R\$ 17, comissão na venda de máquina reintegrada no montante de R\$ 914 e despesas de juros sobre empréstimo no exterior no valor de R\$ 55;
- (f) **Resultado não operacional** – refere-se a provisão para desvalorização de bens não de uso no montante de R\$ 359 e ao prejuízo na venda de máquina reintegrada no valor de R\$ 1.930.

* * *

Relatório dos auditores independentes

Administradores e Acionistas
Banco Caterpillar S.A.

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Caterpillar S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado do Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas. Essas demonstrações contábeis de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (“BACEN”), descritos na nota explicativa 2 – Apresentação das demonstrações contábeis e nota explicativa 3 – Principais Práticas Contábeis.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280 do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa 2 – Apresentação das demonstrações contábeis e nota explicativa 3 – Principais Práticas Contábeis, assim como pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração do Banco, de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 – Considerações Especiais – Auditorias de Demonstrações Contábeis Elaboradas de Acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

A Instituição registra as operações e elabora as suas informações contábeis com observância das práticas contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência (ou insuficiência) de depreciação, classificada no ativo permanente (Nota 3 (f)). Essas práticas não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com a disposição da Lei nº 6.099/74, para as rubricas de ativos circulante, realizável a longo prazo e rendas/despesas de operações de arrendamento mercantil, mas propiciam a apresentação do resultado e do patrimônio líquido em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, anteriormente referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Caterpillar S.A. em 30 de junho de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa 2 – Apresentação das demonstrações contábeis e nota explicativa 3 – Principais Práticas Contábeis às referidas demonstrações

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis e nota explicativa 3 – Principais Práticas Contábeis, que divulgam:

(a) As demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução n.º 4.280 do CMN, e regulamentações complementares do BACEN. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

(b) Por ser a primeira apresentação das demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial, a administração do Banco optou pela faculdade prevista no § 2º do art. 10, da Circular n.º 3.701, de 13 de março de 2014, do BACEN, e não estão sendo apresentadas, de forma comparativa, as demonstrações referentes às datas bases anteriores a 30 de junho de 2014.

Outros assuntos

O Banco Caterpillar S.A. elaborou demonstrações contábeis individuais para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2014, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre o qual emitimos relatório de auditoria com ressalvas, em 22 de agosto de 2014.

São Paulo, 29 de agosto de 2014

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Emerson Laerte da Silva
Contador CRC 1SP171089/O-3